



A Educação Física no Programa Nacional de Livro e Material Didático: uma análise da implementação

*Physical Education in the National Textbook and Didactic Material Program:
an analysis of the implementation*

*Educación Física en el Programa Nacional de Libros y Material Didáctico:
un análisis de la implementación*

Fernando Garcez de Melo¹
Universidade do Estado de Mato Grosso

Shirley Cláudia da Silva e Souza²
Universidade do Estado de Mato Grosso

Evando Carlos Moreira³
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este estudo analisa a inserção da Educação Física no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e a implementação dessa política nas escolas municipais de Cuiabá (MT), a partir de 2017. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseou-se em entrevistas com docentes realizadas em 2019 e na análise textual discursiva. Os resultados revelam dificuldades no processo de escolha dos materiais, com falhas na comunicação entre gestores e professores/as, além de limitações na adaptação e no uso das coleções didáticas aprovadas. Embora os professores/as utilizem os materiais – sobretudo para planejamento –, o emprego mais consistente dos livros ainda representa um desafio. O estudo conclui que, apesar do potencial do PNLD para contribuir com a democratização do conhecimento na Educação Física, sua implementação efetiva depende de maior envolvimento docente e de ajustes no processo de escolha e uso dos materiais.

Palavras-chave: Educação Física; Livro Didático; Política Pública.

Abstract: This study analyzes the inclusion of Physical Education in the National Textbook and Didactic Material Program (PNLD) and the implementation of this policy in municipal schools in Cuiabá (MT), starting in 2017. The qualitative research was based on interviews with teachers conducted in 2019 and on discursive textual analysis. The results reveal difficulties in the material selection process, with communication failures between administrators and teachers, as well as limitations in the adaptation and use of the approved didactic collections. Although teachers use the materials – especially for planning –, their more consistent use remains a challenge. The study concludes that, despite the PNLD's potential to contribute to the democratization of knowledge in Physical Education, its effective

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, (MT) Brasil. E-mail: garcez@unemat.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1410326097497883>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9634-0568>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, (MT) Brasil. E-mail: shirley.souza@unemat.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6346776255610516>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3932-8655>.

³ Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, (MT) Brasil. E-mail: ecmmoreira@uol.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4561814544149415>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5407-7930>.



implementation depends on greater teacher involvement and adjustments in the material selection and usage process.

Keywords: Physical Education; Textbook; Public Policy.

Resumen: Este estudio analiza la inclusión de la Educación Física en el Programa Nacional del Libro y del Material Didáctico (PNLD) y la implementación de dicha política en las escuelas municipales de Cuiabá (MT), a partir de 2017. La investigación, de naturaleza cualitativa, se basó en entrevistas con docentes realizadas en 2019 y en el análisis textual discursivo. Los resultados revelan dificultades en el proceso de selección de los materiales, con fallas en la comunicación entre gestores y profesores, además de limitaciones en la adaptación y uso de las colecciones didácticas aprobadas. Aunque los profesores utilizan los materiales – especialmente para la planificación –, un uso más consistente de los libros aún representa un desafío. El estudio concluye que, a pesar del potencial del PNLD para contribuir a la democratización del conocimiento en la Educación Física, su implementación efectiva depende de una mayor participación docente y de ajustes en el proceso de selección y uso de los materiales.

Palabras clave: Educación Física; Libro de Texto; Política Pública.

Recebido em: 24 de outubro de 2024

Aceito em: 01 de outubro de 2025

Introdução

A política brasileira de livros didáticos remonta ao final do século XIX (Bittencourt, 2008), com ações mais articuladas sendo realizadas a partir da década de 1930, com a criação do Instituto Nacional do Livro e execução do Programa de Livros Didáticos. Trabalhos como de Munakata (1997), Filgueiras (2011) e Bragança (2009) mostram como essa política passou por sucessivas transformações ao longo das décadas (e segue se modificando), inclusive, tendo sido realizada por diferentes programas. Um momento relevante foi a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985. Desde então, temos a realização, sem interrupções, da política do livro didático por meio deste programa, apesar de significativas mudanças terem ocorrido. Uma dessas mudanças ocorreu em 2017 com o Decreto 9.099/2017, quando o PNLD ampliou seu escopo de atuação e incorporou ações até então de outros programas, o que resultou na alteração de seu nome para Programa Nacional do Livro e do Material Didático, mas mantendo a mesma sigla – PNLD.

Uma mudança, em particular, recebeu atenção nesse estudo: a inclusão do componente curricular Educação Física; ou seja, passou a ser atendido por coleções didáticas específicas. Sua inclusão no PNLD ocorre em 2017, com a publicação, em Diário Oficial da União, do Edital que rege o processo de inscrição e avaliação das obras para o



PNLD/2019: Edital de Convocação 01/2017 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2017). Tal inclusão, ao observarmos a legislação e diretrizes nacionais de educação, visa dar consecução ao estabelecimento de estabelecer as competências e diretrizes para a educação básica, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum, *vide* art 9º, inciso IV (Brasil, 1996). A legislação educacional reitera a necessidade de diretrizes gerais, pois há uma “emergência da atualização das políticas educacionais que consubstanciem o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo” (Brasil, 2013).

Nessa linha argumentativa e política que a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi elaborada e aprovada, ou seja, para definir “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2017a, p. 7). E o PNLD se articula a essa perspectiva de formação comum, tanto que o Decreto nº 9.099/2017 define que são objetivos desse programa aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica e democratizar o acesso às fontes de informação e cultura, bem como “art. 2º, VI, apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular” (Brasil, 2017b).

E a Educação Física, como componente curricular obrigatório da educação básica, requer os meios mais pertinentes e eficazes para tematizar as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, como indica a BNCC. Além disso, desde 2010, há maior número de pesquisas sobre o livro didático na Educação Física, inclusive com a indicação de ser um recurso profícuo para a disseminação do conhecimento (Melo; Moreira, 2019). Neste cenário em que a legislação nacional postula a necessidade de elementos comuns na formação dos estudantes de educação básica e uma exploração positiva de livros didáticos na Educação Física, ainda que incipiente, foi que ocorreu a inclusão desse componente no PNLD.

Isto posto, a avaliação da implementação desse material para a Educação Física nas escolas será um desafio a ser enfrentado por sua comunidade, a fim de identificar e avaliar as ações que favorecem a disseminação das práticas corporais e os obstáculos desse programa que possam minar a concretização dos objetivos presentes na BNCC. Assim, o objetivo desse texto é analisar a inserção da Educação Física no PNLD e a implementação da referida política cujo início foi em 2017, nas escolas municipais de Cuiabá (MT). Tendo como questão balizadora saber como os diferentes processos da implementação, desde a



produção das coleções didáticas até a escolha e uso pelos professores/as de Educação Física, influenciaram a efetividade das coleções didáticas deste componente nas escolas?

Diante desse cenário histórico e normativo que culminou na inclusão da Educação Física no PNLD, impõe-se a necessidade de avaliar como essa política vem sendo concretizada na prática escolar. Para analisar esse processo de implementação, que envolve uma complexa rede de atores e etapas, o presente artigo adota o modelo do ciclo de políticas (Secchi; Coelho; Pires, 2019) como referencial analítico. Este modelo heurístico, ao desdobrar a política em fases distintas, mostrou-se particularmente pertinente para investigar os caminhos percorridos desde a publicação do edital até o uso do material em sala de aula.

1. A perspectiva de análise

Para analisar a implementação da Educação Física no PNLD, tal como contextualizada, este estudo assume o programa como uma política pública de cunho educacional, concebida para solucionar problemas e atender demandas específicas do campo educacional. Nessa acepção, políticas públicas consistem em ações estatais voltadas para a resolução de questões coletivas, cujas análises e avaliações assumem grande relevância para o aperfeiçoamento do Estado e da democracia. Seu propósito é verificar o alinhamento dessas políticas com os propósitos estatais, o cumprimento de suas metas declaradas e, sobretudo, sua efetividade em sanar ou minimizar o problema que se propuseram a enfrentar. Para operacionalizar essa análise, mostrou-se pertinente o recurso heurístico que compreende a política como um ciclo (Secchi; Coelho; Pires, 2019).

Esse recurso propõe a análise dos processos que compõem o ciclo de uma política: i) identificação do problema, ii) formação da agenda, iii) formulação de alternativas, iv) tomada de decisão, v) implementação, vi) avaliação e vii) extinção. Considerar a política pública como um ciclo implica reconhecer seu caráter processual e revisional. Isto é, a forma como é executada em um determinado período pode diferir de sua execução em outro, de modo que o ciclo – do momento inicial ao desfecho – pode repetir-se sucessivas vezes.

Contudo, não há consenso na literatura quanto ao estabelecimento do momento inicial e do desfecho de uma política pública, o que resulta em distintas caracterizações sobre quantas e quais são suas fases. Diante disso, é fundamental considerar que a abordagem do ciclo de políticas constitui um recurso heurístico para auxiliar na investigação, organizando informações e relações. Neste trabalho, a atenção direciona-se ao processo de implementação, etapa do ciclo de políticas em que as decisões, os princípios



e as intenções são colocados em prática, conforme assinalam Secchi, Coelho e Pires (2019). O estudo da implementação revela-se fundamental por ser o estágio em que as decisões políticas se transformam em ações concretas, as quais afetam diretamente os resultados e impactos pretendidos.

Compreender esse processo permite identificar barreiras e facilitadores que influenciam a eficácia e a eficiência das políticas, contribuindo para reduzir a lacuna entre a formulação teórica e a prática. A análise dessa etapa mostra-se crucial para ajustar as ações em resposta aos desafios emergentes, viabilizando um aprimoramento contínuo das políticas públicas com base em evidências práticas. Ademais, a implementação envolve uma rede complexa de atores, cujas interações e dinâmicas precisam ser compreendidas para fortalecer a cooperação e o compromisso dos envolvidos.

Para analisar esse processo de implementação, uma das estratégias metodológicas adotada foi a realização de uma pesquisa de campo que utilizou entrevistas focalizadas com docentes de Educação Física da rede municipal de Cuiabá, Mato Grosso. A pesquisa de campo ocorreu no período entre setembro e novembro de 2019. O intuito, na ocasião, foi justamente compreender como se deu a implementação do PNLD no âmbito escolar, especificamente no primeiro ano do componente curricular Educação Física nesse programa.

Cabe registrar uma novidade do PNLD. Até então, as escolhas eram feitas por cada escola, mas desde o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, as secretarias de educação passaram a ter a opção de escolher por região. No caso, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Cuiabá, lócus da pesquisa, optou pela escolha por região. Assim, cada uma de suas quatro regiões (norte, sul, oeste e leste) receberiam uma mesma coleção (observação: essa classificação das regiões é própria de cada secretaria). Na época, a SME contava com 73 escolas. Definimos por entrevistar quatro docentes de cada região, totalizando 16 docentes. Por envolver seres humanos, atendemos a legislação vigente (Resoluções 466/2012 e 510/2016 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/CONEP) e submetemos a pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso, tendo recebido o parecer nº 3.319.402 de aprovação para a sua realização. As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre outubro e dezembro de 2019. Com o objetivo de preservar o anonimato dos/as participantes, seus nomes foram substituídos por pseudônimos na apresentação dos dados.

Adotou-se também a análise textual discursiva (Moraes; Galiazzi, 2020), abordagem qualitativa que articula a análise de conteúdo - focada no texto manifesto - e a análise discursiva - voltada à construção de sentidos. O método permite examinar uma variedade de documentos, desde transcrições de entrevistas até arquivos públicos e legislação. Conforme os autores, a



análise segue três etapas: (1) Desmontagem dos textos: imersão no corpus por meio de leitura aprofundada, fragmentando os documentos em unidades de análise para o processo de unitarização; (2) Estabelecimento de relações: as unidades são cotejadas para identificar convergências, divergências ou complementaridades, permitindo a agrupação em categorias a partir de significados compartilhados; (3) Captura do emergente: síntese das compreensões obtidas, expressa por meio de um metatexto fundamentado nas unidades e categorias constituídas. A seguir, apresentam-se as categorias resultantes da aplicação desse método aos dados da pesquisa.

2. A fase de implementação

Quais as etapas e ações que configuram a fase de implementação? Acompanhando Secchi, Coelho e Pires (2019, p. 70), a fase de implementação compreende o momento que “sucede à tomada de decisão e antecede os primeiros esforços avaliativos”. Especificamente, no PNLD, identificamos essa fase com o período da publicação do edital até o uso dos materiais distribuídos na escola. Dentro dessa fase, destacamos três momentos constitutivos e decisivos para a concretização do Programa: a fase de produção, o processo de escolha e os usos das coleções.

2.1 A fase de produção das coleções

A publicação do edital (FNDE, 2017) marca o início formal da fase de produção das coleções didáticas. Ressalta-se que, embora as editoras realizem planejamentos prévios, cada edital contém especificidades que definem os elementos obrigatórios a serem cumpridos na produção dos objetos – como obras e coleções –, os quais são o foco do programa. O edital também estabelece prazos críticos, uma vez que se espera que as coleções cheguem às escolas antes do início do ano letivo a que se destinam. Esse é o motivo pelo qual o edital referente ao PNLD 2019 foi publicado em 2017.

Entre a publicação do edital e a chegada dos materiais na escola, apenas um pequeno período é destinado à produção. Neste caso, o prazo para a produção das coleções didáticas de Educação Física foi entre a publicação do edital, ocorrida em 31 de julho de 2017, até o dia 25 de janeiro de 2018 (para a inscrição da obra dedicada ao 1º e 2º ano) e 05 de fevereiro de 2018 (para a inscrição da obra dedicada do 3º ao 5º ano). Em resumo, cinco meses para a produção da coleção dedicada ao professor/a (não houve livro para



estudante), com limite máximo de 320 páginas: um livro para 1º e 2º (120 páginas) e um para 3º ao 5º (200 páginas), portanto, dois livros por coleção.

Considerando outros editais, trata-se de um prazo usual. Contudo, devemos ter em conta que, enquanto os demais componentes curriculares já são frequentemente atendidos, permitindo às editoras adquirirem experiência ou *expertise* para a produção, para a Educação Física tratava-se de um processo completamente novo. No máximo, podemos indicar que havia uma expectativa de sua inclusão em razão da publicação da minuta do edital (publicada um mês antes). Em linhas gerais, podemos dizer que o processo de elaboração das coleções de Educação Física do zero, ou seja, sem experiências prévias como os outros componentes.

Um reflexo dessa situação pode ser notado na quantidade de coleções aprovadas. A Educação Física teve quatro obras aprovadas. Os demais componentes curriculares tiveram as seguintes quantidades aprovadas: Arte (5), Ciências (14), Geografia (12), História (15), Língua Portuguesa (13) e Matemática (16). Com exceção de Arte, que não tem longa participação no PNLD, os demais componentes curriculares conseguem aprovar um número significativamente maior de coleções didáticas. Há de 3 a 4 vezes mais obras aprovadas nos demais componentes do que em Educação Física.

Em nossa análise, o número reduzido de obras aprovadas pode ser associado a uma falta de *expertise* consolidada da área na produção desse tipo específico de material. É plausível inferir que faltava à comunidade de Educação Física, naquele momento inaugural, domínio e familiaridade com os critérios e demandas técnicas do PNLD e da BNCC para a produção de livros didáticos. Além disso, outros fatores concorrentes podem ter influenciado esse resultado, tais como: um mercado editorial inicialmente cauteloso em investir massivamente em um componente curricular recém-incluído no programa; o curto prazo para desenvolvimento das obras, comum ao PNLD, mas agravado para uma área sem tradição nesse formato; e a possível existência de um debate interno à área sobre a própria pertinência e natureza do livro didático, o que poderia ter desestimulado a submissão de projetos.

2.2 O processo de escolha

O processo de escolha do livro didático no âmbito do PNLD é considerado de suma importância, por garantir o direito do docente à autonomia no exercício profissional. Para tanto, o organograma de execução da política prevê um período específico para que os professores/as possam avaliar as obras, discutir com seus pares e, ao final, registrar sua primeira e segunda opções. Algumas ações e mecanismos foram instituídos para auxiliar e



favorecer esse processo. Destaca-se, nesse contexto, a disponibilização do Guia do Livro Didático, material elaborado pela equipe responsável pela avaliação das coleções, o qual se encontra atualmente acessível no site do FNDE. Ademais, diferentemente de edições anteriores, atualmente a coleção didática integral é disponibilizada para consulta pelos docentes durante a etapa de avaliação. Anteriormente, o professor/a contava apenas com o *Guia* como referência para a escolha.

A primeira intenção ao conduzir as entrevistas foi compreender o processo de escolha: tempo disponível para analisarem o material e o *Guia*, divulgação e esclarecimentos aos professores/as, critérios e justificativas para a escolha, reuniões de debate e deliberação, entre outros aspectos. Os resultados revelaram uma situação inquietante: dos 16 docentes entrevistados, 14 não participaram do processo. As justificativas apresentadas foram as seguintes: falta de informação (oito casos); afastamento por licença-prêmio ou qualificação (dois casos); não atuavam na rede municipal à época (dois casos); recusa em participar (um caso); e inexistência do processo por tratar-se de escola nova (um caso). De imediato, constatou-se uma situação problemática: a diretriz do Programa relativa ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, bem como a prerrogativa de escolha do livro pelo conjunto dos professores/as da escola, foi amplamente descumprida. No município investigado, houve registro de participação nas regionais Sul e Norte (um docente em cada), enquanto nas regionais Leste e Oeste não foram obtidos quaisquer registros de participação.

Há diferentes causas para o problema, indicando que não se trata apenas de uma questão de organização do PNLD. Uma das causas é a mudança do docente da escola, seja por afastamento para qualificação ou pela chegada de um novo. Embora o afastamento ou criação de escola nova seja algo menos recorrente, a contratação de novos professores/as tende a ser mais comum, vista a demora na realização de concursos públicos para preenchimento das vagas disponíveis. Nestes casos, os professores/as recém-contratados trabalham com os livros disponíveis, sem realizar a escolha.

A principal causa assinalada pelos professores/as foi a desinformação ou ausência de divulgação do processo de escolha. Nesse contexto, a responsabilidade cabia primordialmente à SME Cuiabá/MT, que deveria divulgar por meio de notas informativas ou de cursos, tanto para os professores/as que atuam em sala de aula quanto para os que integram equipe gestora (diretoria e coordenação das escolas). Há relatos de que os professores/as se surpreenderam com a distribuição de livros didáticos de Educação Física, já que nesse componente curricular não fazia (ou ao menos não fazia tradicionalmente) parte da rotina docente realizar essa tarefa avaliativa.



Embora a maior parte das professoras/es de Educação Física entrevistadas/os não tenham realizado a escolha, alguém a realizou. A rigor, esta situação não deveria ter ocorrido. Afinal, cabe ao professor/a ou conjunto de professores/as da escola que fez a escolha assinalar em ata sua opção – situação que nos foi relatada uma única vez. No Sistema de Controle de Materiais Didáticos – Simad, constam a escolha e a entrega das coleções em todas as escolas, embora seis entrevistados tenham relatado o não recebimento da coleção do PNLD/2019.

A não participação no processo de escolha não impedi os entrevistados de fazerem relatos ou manifestarem suas avaliações. Conforme exemplificado pela fala de Valdeir⁴:

Em relação, por exemplo, a essa escolha do livro, vou ser bem claro. Eu não participei da escolha do livro. A secretaria só me informou que era para eu assinar [a ata]. *Eu assinei, mas nem sei o conteúdo do livro.* E seria interessante se eu tivesse sido consultado, se tivesse visto o livro (grifo nosso).

Já Eliane relata que “eu me senti lesada, não por ele não ter chegado, *mas sim por não ter sido consultada*” (grifo nosso). Com isso, evidencia-se uma atitude crítica dos docentes em relação à situação, e não uma aceitação passiva daquilo que lhes é disponibilizado.

Quanto aos problemas inicialmente identificados, observa-se que a questão da não chegada dos livros nas escolas já havia sido relatada em pesquisas anteriores, como nos trabalhos de Lajolo (1996) e Batista (2001). Contudo, em anos recentes, não foram encontradas publicações que atualizassem essa informação. Já a falta de consulta aos docentes, conforme demonstram Zambon e Terrazzan (2013), configura-se como uma ocorrência mais recorrente, inclusive em diversos componentes curriculares.

Outro aspecto significativo no processo de escolha refere-se ao tempo dedicado aos docentes para sua realização. O período para escolha das coleções disponível ao professor/a, referente ao PNLD/2019, estendeu-se de 23 de agosto a 12 de setembro de 2018 - totalizando 21 dias, dos quais 14 eram úteis. Nesse intervalo, o docente deveria: avaliar as quatro coleções disponíveis (aproximadamente 1280 páginas); debater com os demais profissionais tanto de sua escola quanto de sua regional. O tempo destinado à avaliação correspondia às chamadas horas-atividades; na prática, isso significava reduzir o período disponível para aproximadamente 5 dias úteis. Contudo, qualquer professor/a da educação básica sabe que essas horas-atividades não se destinam exclusivamente à avaliação de livros didáticos, mas também ao planejamento de aulas, correção de atividades e planejamento coletivo, entre outras tarefas. A descrição anterior não reflete o que

⁴ Todos os nomes que se referem aos participantes são fictícios.



efetivamente ocorreu nas escolas, mas sim o que aconteceria caso os prazos e normas oficiais fossem integralmente cumpridos - representando, portanto, o melhor cenário possível. Este ‘melhor cenário’ já evidencia a dificuldade inerente à realização de uma escolha fundamentada, que pressuporia uma leitura cuidadosa.

Assim, mesmo nos casos em que o processo de escolha foi realizado, ainda persistiam problemas, com destaque para a escassez de tempo - aspecto particularmente grave - e o acesso limitado às informações. Por exemplo, Luciano relata que não tiveram conhecimento do *Guia* e que a escolha restringiu-se a duas obras físicas disponíveis nas escolas. Tal situação configura um agravante adicional, pois a falta de acesso ao *Guia* tendia a favorecer os materiais de editoras com maior poder econômico para divulgação nas escolas. Esse cenário permitia que questões de ordem econômica, conforme demonstrado por Cassiano (2007), interferissem no processo de escolha, em detrimento de critérios estritamente pedagógicos e técnicos.

2.3 O uso das coleções didáticas

Um elemento decisivo para o êxito da implementação do PNLD consiste no uso efetivo das coleções didáticas - mais especificamente, em seu emprego adequado. Um programa que produz materiais para os professores, mas que os vê sendo descartados ou ignorados, equivale a um programa habitacional que constrói residências jamais ocupadas. Mesmo que as coleções sejam produzidas e avaliadas com rigor e distribuídas dentro do prazo, o programa só se concretiza mediante a utilização efetiva do material. Portanto, em nossa análise da implementação, torna-se indispensável avaliar não apenas o uso das coleções pelos professores, mas também a avaliação que eles próprios fazem desse material.

Ressaltamos a opção pelo termo ‘uso’ em detrimento de ‘leitura’, seguindo Munakata (1997) e Bittencourt (2008), para nos referirmos à maneira como os professores se relacionam com os livros didáticos. Essa distinção justifica-se pela constatação de que a leitura desses materiais não se assemelha àquela realizada com obras de literatura, filosofia ou ciências. Identificamos, antes, uma apropriação do material conforme as necessidades docentes, que o utilizam parcialmente, reelaboram ou recontextualizam, entre outras práticas.

Do ponto de vista metodológico, cabe reforçar que os professores foram partícipes ativos dessa análise de implementação. Desse modo, não foi realizada observação ou avaliação direta da prática pedagógica, mas sim a coleta das perspectivas dos docentes



sobre o material. Ademais, considerando a relativa pouca familiaridade da Educação Física com esse tipo de recurso, investigou-se, inicialmente, se os professores já haviam utilizado livros didáticos em algum momento de sua trajetória profissional. Desconsiderados dois docentes em seu primeiro ano de atuação, dentre os 14 entrevistados restantes, sete afirmaram fazer uso de livros didáticos.

No diálogo com os docentes sobre o uso ou não dos materiais, emergiu a discussão acerca da própria relevância do livro didático para a Educação Física. A percepção da utilidade (ou da falta dela) influencia diretamente a adoção do recurso. O trabalho de Rodrigues (2009) já apontava para essa questão, a qual, segundo o autor, relaciona-se com a própria natureza e o que se comprehende como cerne da área. O cerne da discussão reside numa concepção da Educação Física que a vincula fundamentalmente à prática e ao corpo em movimento. Nessa perspectiva, os livros didáticos teriam pouca serventia, por direcionarem as atividades para conteúdos conceituais em detrimento da exploração do corpo e de movimentos. Um outro ponto problemático é que o livro didático “ao mesmo tempo que é um bem cultural, também é posto como um bem cultural supérfluo” (Melo, 2021, p. 190) por parte da literatura acadêmica.

Outro aspecto levantado refere-se à qualidade dos livros didáticos: existem sérias dúvidas entre os profissionais quanto à capacidade desse material oferecer contributos relevantes. Cabe destacar a existência de um ceticismo *a priori*, ou seja, uma desconfiança que não decorre da avaliação das coleções específicas do PNLD/2019, mas sim do livro didático de um modo geral. Esse tipo de posicionamento origina-se de críticas presentes na literatura da área, as quais consideram o livro didático intrinsecamente contraproducente, como no trabalho de Alves (2006). Por definição, os autores/as que adotam essa perspectiva consideram que os livros didáticos veiculam conteúdos inferiores e pobres, sendo o seu abandono a medida mais adequada.

Este tipo de perspectiva se mostrou na fala de participantes, como a seguir:

Dioneia: Ele [o livro didático], a meu ver, precisa de muitas mudanças, eles têm muitos erros do passado, da minha infância. São muitos erros que ainda existem em relação ao livro didático e, também, na Educação Física... os conteúdos, os pontos que o livro didático aponta em relação à Educação Física e à educação de um modo geral, acho muito pouco, muito pobre mediante a uma diversidade que nós temos no contexto da escola. Essas diretrizes [livros didáticos] eu tenho como base para discussões quando eu encontro o grupo de educação física para discutir a proposta da rede. Mas eu não trabalho com ela, minha visão é muito mais, eu considero mais ampla, a partir do momento que vejo a diversidade de corpos. E essas diretrizes são muito redondinhas.



Eliane: Eu acho extremamente desnecessário, porque todo conhecimento que a gente precisa para ministrar as aulas, eu tive na graduação e na pós-graduação. Se fosse uma sugestão de formação para professor de coisas novas, aí sim. No mais, acho que não mudou nada. A história do basquete não mudou nada.

Estas foram as participantes que apresentaram as críticas mais contundentes aos livros didáticos. Ressalta-se que tais críticas caracterizam-se como *a priori*, uma vez que nenhuma delas pôde participar do processo de escolha das obras, nem mesmo haviam recebido os materiais em suas escolas. Ambas encontravam-se afastadas das atividades escolares durante o período de escolha – uma por motivo de saúde e outra para qualificação. Ainda assim, tal circunstância não as impediu de colocarem sob suspeita as coleções de Educação Física do PNLD.

A razão para evidenciar esses comentários gerais reside no fato de que o imaginário prévio sobre os livros didáticos influencia diretamente a recepção das coleções distribuídas pelo PNLD e, consequentemente, seu uso. Por outro lado, registraram-se relatos de utilização de livros didáticos anteriores aos distribuídos pelo Programa. Contudo, considerando a natureza dos materiais então indicados como didáticos, observa-se que se trata de uma categoria bastante ampla, incluindo classificações questionáveis sobre o que constitui um livro didático. Dessa forma, depreende-se que o desafio reside em construir uma relação profícua com o formato específico de livro didático disponibilizado pelo PNLD.

Feitas essas considerações sobre os usos de livros didáticos, passemos aos relatos referentes às coleções do PNLD/2019.

“Como você usa esse material?”

Érico: é um material que ajudou a complementar bastante para o planejamento das aulas, o plano de aula, por mais que não tenha participado da escolha.

E aqui nos anos [iniciais do ensino fundamental] já tem certinho as práticas da BNCC, por exemplo, dança, dança cultural, dança indígena. Mesmo que você não tenha trabalhado, não tenha afinidade com o assunto, ele te dá por onde começar. Por exemplo, dança indígena, ele te dá uma introdução do assunto, como você vai trabalhar. Então, é um material que ajuda bem.

“Consegue realizar as atividades da coleção?”

Todas, todas não. Às vezes esbarra muito na questão de material, espaço físico, essas coisas. Mas na maioria das vezes sim. Aqui uns 90% [das atividades] deve dar para utilizar nessa escola.

Cláudio: Para me auxiliar no plano de aula. Tem algumas divergências do assunto que é abordado, mas na didática, ajuda para fazer o plano de aula, uma orientação. Às vezes a gente procura uma orientação nele.

Esse livro vem orientando muito a parte didática. Mas o conteúdo em si, de jogos, trabalhando os esportes, os tipos de brincadeiras, quais



brincadeiras trabalhar? De que forma trabalhar? Não! Ele ajuda mais didaticamente, ajudando a como planejar, essas coisas. Eu acho que falta muito do conteúdo em si, na forma de jogos, brincadeiras, atividades e na forma de se dar para os alunos.

Jhonatan: A gente, toda segunda-feira, na nossa hora-atividade, a gente se senta com a coordenadora e delimita o que a gente vai fazer durante a semana. Aí a gente usa o livro porque nesse livro tem várias atividades que a gente pode fazer interrelacionadas com as professoras de regência. Então, ela pede sempre atividades que tenha mais um trabalho conjunto. Tanto artes quanto Educação Física e a professora regente.

Maria: Uso para fazer planejamento. Eu acho que ficou mais trabalhoso [enquanto mostrava uma cobrança da secretaria municipal de educação em inserir habilidades e competências numa ficha, conforme os códigos da BNCC].

Mory: Acredito que esse material vem a somar, principalmente com essa BNCC, surge bastantes dúvidas ao profissional sobre como organizar ou mesmo aplicar. Tanto é que eu utilizo, para planejamento, algumas atividades.

Mas acho que é muito restrito ainda. Poderia ampliar mais em relação às atividades e, principalmente, adaptação de atividades. E querendo ou não, a gente, a escola, adapta muito. Por conta de material, de espaço. Então, acho que se tivesse mais atividades relacionadas a isso, seria interessante. É um começo.

Sandro: Uso. Faço leitura dele, uso algumas atividades, ele tem algo interessante, porém tem algumas coisas que eu acho que não se encaixam. A leitura é válida, mas tem algumas coisas que não funcionam para realidade das crianças do bairro. Porque essa escola atende crianças carentes, então a maioria deles vem de uma situação precária, difícil, e aí, a gente precisa fazer um trabalho diferente, inclusive, diferente do que se pede aqui. Diante das realidades que as crianças apresentam, vamos trabalhando.

Roberto: Sim. Uso para planejamento. É uma ajuda, mas penso que poderia ter mais materiais de pesquisa.

Diante desses relatos – que constituem dados em estado quase bruto (sendo o ‘quase’ justificado pela seleção prévia de trechos) –, abre-se margem para uma pluralidade de interpretações e para a discussão de diversos aspectos. De nossa parte, destacamos três pontos principais. Primeiro, constata-se que há uso do material. Embora não unânime, o uso ocorre. Segundo esse uso se dá de maneiras distintas, uma vez que são os professores/as que imprimem suas marcas e concepções ao livro, e não o contrário. Isso corrobora as indicações de Munakata (1997) e Bittencourt (2008) de que os docentes se apropriam das obras, em vez de serem por elas instrumentalizados para difundir mensagens alheias, como pretendem fazer crer análises como as de Alves (2006) e Novaes et al. (2023). A pertinência dos relatos reside justamente em revelar situações até inusitadas: conforme o relato de Mory, caso um docente tentasse utilizar



100% do livro, tal intento seria inviabilizado pela carência de materiais na escola. Com isso, concepções maniqueístas que atribuem à escola um caráter meramente reprodutivista são enfraquecidas.

Terceiro, identificamos nos relatos o que se mostra mais proveitoso ao professor: a dimensão didática. Os docentes estabelecem uma clara distinção entre ‘didática’ e ‘conteúdo’. A fala de Cláudio é elucidativa, ao demonstrar que a coleção tende a auxiliar principalmente em aspectos didáticos, como o planejamento de aula, em detrimento de descrições pormenorizadas de conteúdos. Nesse sentido, evidencia-se um uso criterioso: ao mesmo tempo que sinalizam a utilização do material, os professores também apontam suas fragilidades, indicam o que não é passível de aplicação e explicam como precisam orientar suas aulas com base nas particularidades da escola em que atuam.

Esses três eixos de análise permitem indicar que interpretações como as de Novaes et al. (2023) não encontram sustentação na prática docente. Tais autores inferem, a partir da mera denominação ‘manual’, que as obras são intrinsecamente de baixa qualidade, concluindo pela existência de um problema estrutural no PNLD. Essa perspectiva subentende que o livro didático exerce uma força determinante sobre a atuação do professor/a. No entanto, ao cotejarmos tais afirmações com os relatos dos docentes, percebemos que a implementação de uma política pública está sujeita a uma variedade de mediações. Até mesmo a precariedade material das escolas impede que as coleções definam rigidamente o andamento das aulas. Diante dessas condições, são os professores/as que, efetivamente, conduzem o processo de ensino – uma constatação que, ainda que aparentemente óbvia, é frequentemente negligenciada por abordagens de viés acrítico-reprodutivista.

Considerações finais

Este texto teve como objetivo analisar a inserção da Educação Física no PNLD e a implementação dessa política nas escolas municipais de Cuiabá (MT), destacando os desafios enfrentados pelos professores durante a escolha e o uso das coleções didáticas. Identificamos que o PNLD colabora para a implementação da BNCC e a inclusão da Educação Física no Programa não apenas fortalece a concretização de suas diretrizes pedagógicas, mas também amplia a disseminação e democratização do conhecimento nesse componente curricular.

Quanto ao propósito de democratizar as práticas corporais, vale destacar que se trata de uma ação federativa e, portanto, colaborativa entre os entes – União, estados e municípios. Embora o PNLD seja de responsabilidade do governo federal, por meio do FNDE, não se deve



descartar ou minimizar o papel dos estados e municípios em sua implementação. Dessa forma, problemas ou dificuldades encontradas no processo, bem como resultados inexpressivos, devem ser analisados considerando essas diferentes instâncias.

Em relação ao processo de implementação, identificamos falhas significativas. A primeira refere-se ao prazo para a produção das coleções, uma vez que a inserção da Educação Física no PNLD era uma novidade. O segundo problema, e ainda mais grave, ocorreu na realização do processo de escolha: o desconhecimento da maioria dos profissionais sobre essa etapa revelou falhas na divulgação e na comunicação por parte da gestão municipal. O resultado foi a desconsideração da avaliação docente, o que pode ter comprometido a adesão ao Programa.

Esses problemas, contudo, devem ser ponderados frente ao uso das coleções pelos professores/as. Deve-se considerar que, a despeito das dificuldades, as coleções são utilizadas, indicando reconhecimento de sua utilidade. Esse uso não significa leitura literal ou mera reprodução, mas uma apropriação sagaz daquilo que favorece o processo de ensino e a difusão da cultura corporal de movimento. O indicativo é que, mesmo com a chegada de coleções não escolhidas às escolas, aspectos salutares podem ser explorados – evidentemente, a efetividade disso depende da formação, inicial e continuada, que o docente recebe.

Outro aspecto relevante identificado foi a percepção dos professores/as sobre as coleções didáticas. Para muitos, o livro é visto com ceticismo, considerado um recurso de pouca utilidade em um componente curricular de base prática. Contudo, observou-se que, quando utilizado, o material contribui principalmente para o planejamento das aulas, oferecendo suporte didático, ainda que careça de maior adaptação às realidades diversas das escolas, tanto em termos de infraestrutura quanto de contexto social.

A falta de maior consonância entre as coleções e as perspectivas docentes depende, em nossa avaliação, de que a comunidade da Educação Física amplie sua participação no PNLD. Não parece produtivo esperar por uma obra única e abrangente; antes, é a diversidade de opções que permitirá escolhas mais apropriadas. Para tanto, é essencial resolver a questão da escolha, com a melhoria significativa da divulgação, a inclusão do tema nas formações continuadas e a garantia de tempo adequado para a avaliação dos materiais.

As contribuições deste estudo ressaltam a importância de um processo de escolha mais inclusivo e participativo, bem como a necessidade de reflexão sobre o papel do livro didático na Educação Física, considerando a especificidade do componente e as demandas práticas dos professores/as. A continuidade dessa política exige ajustes que garantam



não apenas a produção de materiais adequados, mas também a formação e o envolvimento ativo dos docentes.

Entendemos que ampliar as investigações sobre a recepção e o impacto desses materiais no cotidiano escolar pode contribuir para aprimorar as práticas docentes e as políticas públicas para a área. Este estudo, assim, lança luz sobre aspectos cruciais da implementação da Educação Física no PNLD, abrindo caminho para novas discussões e melhorias no campo das políticas educacionais.

Ademais, o PNLD 2019 demarca apenas o início dessa inclusão. Uma participação efetiva, com materiais adequados às necessidades da área e das escolas, demandará engajamento e persistência. A recepção pela comunidade ainda é uma questão em aberto, mas o indicativo desta pesquisa, a partir dos relatos dos professores/as que vivenciaram a implementação, é que, “o PNLD é quem se apresenta como promissor, pois, como política pública, fomenta e incentiva a produção desse tipo de material didático. Um material que, sem esse fomento, pouco recebe atenção e investigação.” (Melo, 2021, p. 239).

Em síntese, os achados indicam que o potencial do PNLD transcende o material em si. O Programa consolida-se como um fomentador estratégico para a área, ao instigar a produção de um recurso que, sem incentivo público, dificilmente teria igual investimento. O desafio, portanto, não é apenas usar os livros, mas engajar-se criticamente com a política, participando ativamente de sua construção para que cumpra, de fato, seu propósito de democratizar o conhecimento da cultura corporal.

Para superar as limitações apontadas e concretizar os objetivos do PNLD, sugerimos algumas ações coordenadas. Aos gestores educacionais (FNDE e Secretarias): Estruturar processos de divulgação e formação que assegurem a participação efetiva de todos os docentes, inclusive os admitidos tardiamente, e investir em formação continuada específica sobre o uso do livro didático na Educação Física. À comunidade da Educação Física: É fundamental engajar-se no debate e na produção de conhecimento sobre o livro didático, tanto para qualificar os materiais oferecidos quanto para incorporar essa discussão na formação inicial e continuada de professores/as, superando visões preconcebidas e construindo repertórios para um uso mais profícuo.

Referências

- ALVES, G. L. *A produção da escola pública contemporânea*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.



BATISTA, A. A. G. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BITTENCOURT, C. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRAGANÇA, A. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). *Matrizes*, v. 2, n. 2, 2009. p. 221-246

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. *Decreto n.º 9.099, de 18 de julho de 2017*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2017b.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*, de 7 de fevereiro de 2013. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2013.

CASSIANO, C. C. de F. *O mercado de livros didáticos no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade), Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

FILGUEIRAS, J. M. *Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)*. São Paulo: PUCSP, 2011. 252f. Tese (doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011.

FNDE. Edital de convocação nº 1/2017 CGPLI. Diário Oficial da União. Seção 3. Brasília, DF, n. 145, p. 37, 31 jul. 2017.

LAJOLO, M. Livros didáticos: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, v. 16, n. 69, 1996.

MELO, F. G. de. *A educação física e o livro didático: para democratizar a cultura corporal*. 2021. 257 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2021.

MELO, F. G. de.; MOREIRA, E. C. O livro didático de educação física: uma leitura da produção acadêmica. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v.24, n.3, p.445-462, 2019.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. *Análise Textual Discursiva*. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

MUNAKATA, K. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997. 218 f. Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

NOVAES, R. C. et al. Os manuais do professor de educação física no plano nacional do livro didático. *Educação em Revista*, v. 39, p. e38185, 2023.

RODRIGUES, H. de A. *Basquetebol na escola: construção, avaliação e aplicabilidade de um livro didático*. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Motricidade) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. *Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos*. 3º edição. São Paulo, SP: Cengage Learning Brasil, 2019.

ZAMBON; L. B.; TERRAZZAN; E. A. Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 237, 2013. p. 585-602